

Educação para a Cidadania: o Jovem como Cidadão do Mundo

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O presente artigo apresenta um estudo sobre o jovem como protagonista social, que através de um conjunto de ações formativas inovadoras e criativas de desenvolvimento pessoal, social e profissional possam construir um caminho de acesso à maioria e a valorização dos direitos humanos, mediante sua formação integral aliada à vivência concreta da prestação de serviço voluntário à comunidade. Utilizando um viés metodológico interdisciplinar procuramos priorizar as relações humanas vividas no âmbito da escola-comunidade-sociedade. Acreditamos que um estudo desse tema venha proporcionar ao Núcleo de Ética e Cidadania da Universidade do Estado da Bahia, condições e oportunidades para o exercício efetivo da cidadania solidária, atuante e participativa. Esperamos que ao final deste projeto possamos levar a juventude à conscientização de seus direitos e à preparação para o trabalho decente, ao trabalho voluntário em benefício da comunidade, além do incentivo e apoio à elevação da escolaridade. Acreditamos que o empreendimento maior deste trabalho é tornar o jovem um protagonista, um ator social, dentro do contexto de sua comunidade, contribuindo para sua formação como pessoa, como cidadão e trabalhador.

Autoras

Eneida Maria Abreu de Souza: Especialista em Gestão de RH.

Marcia Souza da Purificação: Especialista em Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos

Instituição

Universidade do Estado da Bahia - UEBA

Palavras-chave: protagonismo juvenil; cidadania; direitos humanos

Introdução e objetivo

O Brasil carece de uma tradição cultural de respeito e valorização aos direitos humanos. Ainda existem imensos setores da população submetidos ao preconceito e à exclusão social. A longa tradição de desrespeito aos direitos humanos cria sérias dificuldades para a efetiva instauração do Estado Democrático e de Direito. Daí o árduo trabalho desenvolvido pela sociedade civil organizada e desta junto com o Estado, objetivando a construção de uma sociedade mais igualitária para o pleno exercício e garantia dos direitos fundamentais. Entendemos que os direitos fundamentais aparecem, na verdade, na forma de privilégio para alguns grupos sociais, enquanto que para a maioria da população há uma outra realidade, marcada por relações sociais injustas e violentas. Existe um exercício diferenciado da cidadania, vivenciado por todos os segmentos sociais no relacionamento cotidiano com aqueles que estão imbuídos de algum tipo de autoridade, desde os porteiros nos prédios das escolas, os seguranças dos “shopping-centers”, os agentes de polícia, os guardas de trânsito, funcionários de hospitais públicos etc. Daí a necessidade de se garantir a defesa dos direitos humanos a partir da intervenção nas relações microssociais com o objetivo de possibilitar a efetiva mudança nesses setores.

Como um conjunto de normas jurídicas, os direitos humanos tornam-se critérios de orientação e implementação das políticas públicas e institucionais nos vários setores. O estado

assume assim, o compromisso de ser promotor do conjunto dos direitos fundamentais, tanto do ponto de vista “negativo”, isto é, não interferindo na esfera das liberdades individuais dos cidadãos, quanto do ponto de vista positivo, implementando políticas que garantam a efetiva realização desses direitos para todos. Nesse sentido, o Programa Nacional de Direitos Humanos do governo federal constitui um avanço na assunção de responsabilidades concretas por parte do Estado Brasileiro, fazendo que os “direitos humanos” se tornem parte integrante das políticas públicas.

A violência que permeia as relações sociais abrange as mais diversas formas, desde a violência direta, a violência estrutural, que se manifesta principalmente pelas enormes desigualdades e injustiças sociais; a violência institucionalizada, latente e generalizada exercida por parte de grupos na sociedade, dentre tantas outras.

É nesse contexto que iniciamos a nossa abordagem e do grande desafio que é a Educação para a Cidadania. Daí, perguntamos: O que é mesmo educar para a cidadania? A resposta não é tão simples e fácil como se pensa, mas se coloca cada vez mais premente para educadores e militantes que procuram, mediante a educação, ajudar na transformação da sociedade. Entendemos que uma proposta educativa voltada para a cidadania deve estar pautada na possibilidade de criação de espaços onde sejam garantidos o diálogo e a discussão que ponham em debate as práticas sociais estabelecidas.

É nesse sentido que a Universidade do Estado da Bahia vem atuando através do Núcleo de Ética e Cidadania provocando mudanças e transformações sociais e, assim, contribuindo para que seja revertido o quadro atual de exclusão e violência. Um conjunto de iniciativas integradas consistentes voltadas à qualificação social e profissional e ao exercício da cidadania vem favorecendo para a mudança de perspectiva de vida de uma parcela da juventude baiana, localizada na comunidade do Nordeste de Amaralina, em Salvador, caracterizada pela alta vulnerabilidade socioeconômica.

Nessa perspectiva, concordamos com Lyra (1996) quando se refere que “não que não cabe somente ao Estado a implementação dos direitos; também a sociedade civil organizada tem um papel importante na luta pela efetivação dos direitos, mediante movimentos sociais, sindicatos, associações, centros de defesa e de educação, conselhos de direitos. É a luta pela efetivação dos direitos humanos que vai levar esses direitos ao cotidiano das pessoas, principalmente dos jovens, e vai determinar o alcance que eles vão conseguir numa determinada sociedade”.

Nessa mesma direção Dias; Tavares (2001) diz: “Afirmar que os direitos humanos são direitos “naturais”, que as pessoas nascem “livres e iguais, não significa dizer que a consciência dos direitos seja algo espontâneo. O homem é um ser, ao mesmo tempo natural e cultural, que deve ser educado “pela sociedade”. A “Educação para a Cidadania” constitui, portanto, uma das dimensões fundamentais para a efetivação dos direitos, tanto na educação formal quanto na educação informal ou popular e nos meios de comunicação”.

Compreendemos que a construção da cidadania e de uma cultura baseada nos direitos sociais e políticos constitui, hoje, um dos problemas mais cruciais para o processo de democratização do Brasil. Aí estão envolvidas questões não apenas de formação de atores sociais, bem como seus projetos de vida, capazes de criação de esferas públicas e democráticas, como importantes instâncias de mediação na relação do Estado-sociedade.

Essas reflexões pretendem mostrar o caráter complexo dos direitos humanos, que implicam no conjunto de dimensões que devem estar interligadas. Não se trata, como alerta o jurista italiano Antonio Cassese, de transformar os direitos humanos numa nova religião da humanidade:

“Com o gradual declínio das grandes religiões históricas, aflora em muitos a esperança - talvez inconsciente e certamente ingênua - de colocar no trono uma nova religião, não

metafísica, não ultramundana: uma religião em certa medida, laica, sem liturgias, feitas para os homens e as mulheres que operam na cidade terrena”.(Cassese, 1994.p 79.).

Nessa perspectiva, mais do que falar em “gerações” de direitos, é melhor afirmar a interconexão, a indivisibilidade e a indissolubilidade de todas as dimensões dos direitos citadas acima. Elas não podem se vistas, de fato, como aspectos separados, mas como algo organicamente relacionado, de tal forma que uma dimensão se integre e se realize com todas as outras. Como afirma o Prof. Cançado Trindade: “Nunca é demais ressaltar a importância de uma visão integral dos direitos humanos. As tentativas de categorização de direitos, os projetos que tentaram de categorização de direitos, os projetos que tentaram – e ainda tentam – privilegiar certos direitos às expensas dos demais, a indemonstrável fantasia das ”gerações de direitos”, têm prestado um desserviço à causa da proteção internacional dos direitos humanos. Indivisíveis são todos os direitos humanos, tomados em conjunto, como indivisível é o próprio ser humano, titular desses direitos”.(Trindade, A.A.C., 1998,pág 120.Grifos nossos).

Dentro dessa linha de pesquisa, pretendemos ao final do projeto levar uma parcela da juventude baiana, a construção de um projeto de vida para si, para sua família e para a sua comunidade. Dessa forma, conseguiremos alcançar o desenvolvimento de cada jovem como pessoa, como cidadão e futuro trabalhador sob perspectiva de uma educação para a solidariedade social fundamentada no protagonismo juvenil.

A execução de um trabalho dessa natureza, através da Pró-Reitoria de Extensão e seu Núcleo de Ética e Cidadania, vem mais uma vez, consolidar o papel social da UNEB na sociedade: proporcionar ao cidadão condições para o pleno exercício da sua cidadania e o desenvolvimento da sua comunidade através de ações voltadas para a importância do jovem como ator social e protagonista principal desta nova fase histórica.

Metodologia

A transposição do atual modelo de direitos humanos formais para novo modelo prático-teórico, em que os sujeitos conheçam e busquem a proteção e efetividade de seus direitos, implica a construção do conhecimento por um viés metodológico interdisciplinar, no qual sejam priorizadas as relações humanas vividas no âmbito escola-comunidade-sociedade. Para tanto, não basta teorizar os direitos humanos em sala de aula. É necessário tornar a vivência entre professores e alunos uma prática de direitos, em que cada um desempenhe seu papel. É necessário, também, que os professores tenham uma visão crítica da realidade e estejam conscientes do papel que desempenham para o desenvolvimento da cidadania.

A partir da idéia de cidadania e direitos humanos, é possível construir interdisciplinarmente um referencial comprometido com mudanças, priorizando a relação aluno-professor, que desencadeará a busca de uma nova relação indivíduo-sociedade-Estado. Dessa forma, o discurso hegemônico dos direitos humanos em sua formalidade abstrata poderá ser redimensionado de modo a colocá-los como parte integrante da vida do homem em formação, fazendo parte das práticas sociais e , acima de tudo, vindo a ser um instrumento normativo que, por meio da reivindicação do homem, se constitua um meio de implementação de melhores condições de vida.

O trabalho de intervenção na comunidade seguirá uma metodologia de realização de oficinas teóricas e práticas dentro das áreas de direitos humanos, cultura, arte, lazer, esporte, prestação de serviços comunitários, onde a ênfase será a gestão participativa e o desenvolvimento comunitário.

Resultados e discussão

As graves conseqüências sociais decorrentes de duas décadas de baixo crescimento econômico tornam-se ainda mais sérias quando são combinados com insuficiência de

cobertura da rede de proteção social. O jovem inativo e infrequente ou evadido da escola é um daqueles atingido mais rápido e diretamente por essas conseqüências, tornando-se vulnerável à violência, ao narcotráfico e a outras atividades criminosas.

Na verdade, as situações de risco às quais passam a estar exposta são enormes. Por outro lado, o processo de qualificação necessária para o seu efetivo ingresso no mundo do trabalho foi se tornando cada vez mais exigente e excludente. Sem uma elevação dramática dos níveis de educação básica e profissional desses jovens que, a cada ano, aportam ao mundo do trabalho, dificilmente serão alcançadas as condições necessárias para a sua inclusão na esfera produtiva. O preço pago pela exclusão de grande parte de nossa juventude do acesso a oportunidades que assegurem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, tem sido, de um lado, a falta de perspectivas, o desamparo e o desalento do jovem e, de outro, a deterioração e o esgarçamento do tecido social, levando-os, freqüentemente, aos limites da ruptura.

Um dos mais complexos desafios da cidadania: [...] é a eliminação da pobreza política, que esta na raiz da ignorância acerbada condição de massa de manobra. Não-cidadão, é sobretudo, quem por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende justiça como destino. Faz a riqueza do outro sem dela participar. (Demo, 1995, p. 2.).

Considerando a cidadania “raiz dos direitos humanos” (Demo, 1995, p. 3.), acreditamos que somente em uma sociedade organizada politicamente, para reivindicar direitos, é possível se chegar à promoção do bem-estar coletivo e da efetividade dos direitos humanos.

Nesse sentido, Educação para a Cidadania, que está sendo desenvolvida na UNEB, através do Núcleo de Ética e Cidadania, vem adotando uma estratégia de qualificação social e profissional que privilegia a aprendizagem pela experiência, sem negligenciar a preparação prévia, adequada e cuidadosa do jovem para o fazer. Assim, a formação de saberes necessários à inserção do jovem no mundo do trabalho e à vida em sociedade se dá por meio do seu engajamento efetivo na prestação de serviços voluntários à comunidade, precedido, complementado e articulado com o desenvolvimento de uma série de ações integradas. Esta estratégia é coerente com a concepção de qualificação como uma construção social, relacionada ao aprendizado que vai além da aquisição de conhecimentos técnicos e habilidades específicas limitadas ao desempenho de uma ocupação.

Diante deste cenário a UNEB, através do Núcleo de Ética e Cidadania vem buscando alternativas eficientes e criativas para educar, qualificar, ocupar e empregar o conjunto de uma parcela da juventude baiana, localizada na comunidade do Nordeste de Amaralina, em Salvador. Através de uma série de ações estamos incentivando a geração de oportunidades de qualificação e de vivência prática para a grande massa de jovens desempregados, desamparados, oriundos de famílias pobres, com baixa escolaridade e em situação de risco social, contribuindo para uma mudança de perspectivas e levando a construção de um projeto de vida.

Acreditamos que a construção de um projeto de vida começa quando nossos sonhos deixam de ser tratados como uma fantasia e passam a ser percebidos ou o plano de uma ação a ser realizado. O projeto de vida é nosso sonho passado pelo crivo da razão, da racionalidade.

Dessa forma, acreditamos que o empreendimento maior deste projeto é tornar o jovem um protagonista, um ator social, dentro do contexto de sua comunidade. Contribuindo para o seu desenvolvimento como pessoa, mediante a aquisição de níveis crescentes de autonomia de definição dos próprios rumos, de exercício de seus direitos e de sua liberdade; como cidadão, consciente da importância do papel protagônico da juventude e da necessidade da sua efetiva participação no aprimoramento da democracia, na defesa dos direitos civis, políticos e sociais

e no exercício da solidariedade para a mudança social; como trabalhador, qualificado social e profissional para a inserção ativa, cidadã, no mundo social e do trabalho.

Nesse novo mundo, a educação e o conhecimento são base do sucesso das pessoas e das nações. Pessoas e nações que não tiverem capacidade de acompanhar as mudanças que acontecem com rapidez cada vez maior ficarão para trás, sentados à beira do caminho, vendo outras pessoas e nações seguirem em frente, sem medo pelos caminhos do futuro.

Conclusões

Atualmente no Brasil, umas das questões que mais têm suscitado debates diz respeito aos reais limites de exercícios da cidadania plena. Entre esses limites de exercício, a “questão social” ocupa um lugar central. Uma sociedade que, por seu desenvolvimento econômico, está entre as mais ricas do planeta, a décima economia mundial, gozando de relativa estabilidade econômica no que se refere aos indicadores sociais, entretanto, é um dos países que oferecem as piores condições de vida à sua população – incluindo aí um contingente elevado da população infantil –, resultado, entre outras coisas, de uma selvagem concentração de renda, que confina a grande maioria a uma situação de empobrecimento crescente.

As condições de vida das famílias de camadas populares nas cidades brasileiras, fruto de processos de exclusão seculares, impõem a contingentes imensos da população vivências que ferem os direitos básicos de cidadania. Pessoas que vivem na rua e da rua (incluindo milhares de crianças fora da escola), esmolando, trabalhando, fazendo seus ganhos, dormindo ao relento ou sendo exterminadas são cenas comuns no cotidiano urbano Brasileiro.

Os direitos humanos e os valores que permeiam as relações humanas estão presentes na concretude da organização da vida social. Analisar a questão dos direitos humanos e cidadania, em determinado instante da vida social, implica conhecer a especificidade da formação social, no desencadeamento dos modos de produção da riqueza e sua distribuição, as ideologias presentes, bem como o modelo de distribuição da justiça. Em se tratando da cidadania, é necessário analisar a experiência humana de acordo com a historicidade dos direitos humanos, sua evolução de acordo com a racionalidade e de acordo com concepções, significados e valores de cada época e de cada segmento social.

“A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva que requer o acesso ao espaço público. É esse acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através de um processo de asserção dos direitos humanos.” (ARENDDT apud LAFER, 1991, p.22)

Deve-se considerar que a cidadania como acesso ao espaço público, é a luta pela participação e construção do próprio espaço de modo a reivindicar a efetivação dos direitos humanos em seu aspecto sóciopolítico e cultural. Por outro lado à cultura do povo brasileiro é uma cultura de colonizado, reflexo de muitos anos de exploração, o que se perpetua até hoje.

A formação histórica brasileira é reprodutora de relações sociais autoritárias e conservadoras. Devido a essa herança cultural de submissão, torna-se difícil resgatar valores historicamente negados, que são a base para a construção de uma cidadania.

O acesso ao espaço público se dá pela politização do sujeito, no sentido de modificar esse pensamento que está arraigado nos costumes do povo brasileiro. Isso passa pela formação de uma cultura política, em que os sujeitos passem realmente a ocupar o espaço público como espaço de luta ou reivindicações e melhoria das condições de vida.

Neste cenário destaca-se a UNEB, que norteando as suas diretrizes extensonista tem procurado participar na elaboração e acompanhamento de políticas públicas voltadas para a promoção da vida, dos direitos humanos e sociais. Através deste trabalho, vem destinando ações ao atendimento de uma das principais demandas sociais do nosso país: o cuidado, a

educação e a proteção da grande massa de jovens brasileiros, excluídos socialmente que vivem sob condições de extrema pobreza e risco social.

As atividades concretizadas pelo Núcleo de Ética e Cidadania da UNEB, com a execução de um projeto dessa natureza, vêm fortalecendo as redes de inclusão social, de proteção e de fomento dos sistemas de garantia dos direitos humanos. É papel do Núcleo constituir, organizar, articular e qualificar os organismos e atores sociais responsáveis pela efetivação das políticas públicas.

Identidade, cidadania, voluntariado, protagonismo juvenil são os temas que configuram todo o estudo de nossa pesquisa. Por meio deles, estamos buscando promover o aprender e a conviver com base nos direitos humanos universais e nos princípios da democracia. Ao incentivarmos o voluntariado juvenil acreditamos estar criando oportunidades para o exercício do protagonismo e para a necessária integração entre educação e vida cidadã.

Nesse contexto, entendemos que o voluntariado representa tanto uma resposta à necessidade de identidade coletiva quanto um incentivo para desenvolver o associativismo e a solidariedade e, conseqüentemente para fortalecer a sociedade civil e a democracia. Promover, qualificar e valorizar o trabalho voluntário significa contribuir para o aumento do capital social do nosso país e, portanto, para a realização do projeto ético e político expresso na Constituição.

Ao longo de todo o trajeto que ainda estamos construindo, procuramos criar oportunidades para que os jovens, apropriando-se das experiências vividas, desenvolvam a habilidade de aprender a aprender, base da autonomia. Através dos nossos estudos pudemos perceber que autonomia não significa onipotência ou auto-suficiência. Pelo contrário, autonomia é a capacidade de considerar tanto a si quanto aos demais como centros de decisão e iniciativa, é ser capaz de levar em consideração todos os fatos relevantes para agir da melhor maneira para todos. Implica, pois, o reconhecimento do outro, da responsabilidade e da moralidade. Sociedades e sistemas educativos que valorizam a obediência, a imitação e a repetição de papéis tendem a produzir indivíduos com baixo grau de autonomia. Ao contrário, aquelas que valorizam a escolha, a tomada de decisão, a iniciativa, a aprendizagem em grupo, a liberdade e a participação favorecem a autonomia e, conseqüentemente, a democracia e o exercício da cidadania. Ao preconizar a aprendizagem em grupo, cultivamos a base da cidadania democrática: a capacidade de ouvir e de negociar pontos de vista, de respeitar diferenças e de buscar consensos que favoreçam o bem comum.

Nessa perspectiva, a meta da UNEB que tem incentivado o protagonismo juvenil é alcançar o que se considera o mais alto nível de participação, que corresponde ao maior grau de autonomia em todas as etapas de desenvolvimento de uma ação. Acreditamos que quando um jovem atinge esse grau de autonomia, a iniciativa da ação parte deles próprios, que passam a ser capazes também de planejar, executar, avaliar e se apropriar dos resultados dessa ação e até orientar a participação dos adultos.

Buscamos incentivar os jovens a irem ao encontro da comunidade, compreendida como o espaço de manifestação da diversidade social. Isso significa reconhecer nesse espaço não só as organizações tradicionais, como igrejas, clubes recreativos ou associações filantrópicas, mas também grupos emergentes, fundados em interesses específicos, como hobbies, esportes preferências musicais, organizados de forma real ou virtual. Todos eles fazem parte da sociedade, podem e devem participar das redes de solidariedade.

Esperamos com este trabalho, estar reunindo e consolidando idéias e experiências que contribui para tornar realidade o sonho de uma sociedade mais justa e solidária. Afinal, acreditamos que este é um sonho possível.

Referências bibliográficas

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento no Brasil. São Paulo 1991.

BACK, Ana Mercês Bahia. FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. *Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologias*. Ed. Saraiva

BOFF, Leonardo. *A Água e as Galinhas. Infância e juventude: desafios para o século XXI*. Cadernos Caminhos para Cidadania.

CASSESE, Antonio. *Idiritti umani nel mondo contemporâneo*. Roma-Bari: Laterza, 1994.

DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. 171 p.

DIAS, Lucia Lemos; TAVARES, Maria Nazaré Zenaide (org). *Formação em direitos humanos na Universidade*. João Pessoa, Pb: Editora Universitária/UFPB, 2001.

LYRA, Rubens Pinto. *A nova esfera pública da cidadania*. João Pessoa, Pb: Ed. Universitária, 1996.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa, (Org) *Polícia e Democracia: desafios à educação em Direitos humanos*. Recife, 2002

SOUZA, Vilma de. *Juventude, solidariedade e voluntariado*. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília; Ministério de Trabalho e Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. Serviço Civil Voluntário. Termo de referência síntese – 2003/2004.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Ed: Rio de Janeiro : Civilizacao brasileira, 1999.